



Uma biblioteca chamada Missal Romano – Parte III

Lecionário: o livro do leitor

JOÃO PAULO VELOSO

Nesta série de artigos sobre os livros litúrgicos que compõem o Missal Romano, já analisamos o Sacramentário (o livro do presidente da celebração) e o Antifonário (o livro do cantor). Hoje falaremos sobre um livro litúrgico fundamental para a estrutura celebrativa, sem o qual não é possível realizar nenhum dos sacramentos: o Lecionário, ou livro do leitor.

O mais antigo atestado de uma Liturgia da Palavra na celebração da Eucaristia se encontra na 1ª Apologia de Justino, n. 67, do século II: “No dia que se chama do sol, celebra-se uma reunião de todos os que moram nas cidades ou nos campos, e aí se leem, enquanto o tempo o permite, as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. Quan-

do o leitor termina, o presidente faz uma exortação e convite para imitarmos esses belos exemplos. Em seguida, levantamo-nos todos juntos e elevamos nossas preces”¹.

Nesse testemunho podemos perceber que, já no início do cristianismo, havia leituras específicas para serem realizadas aos domingos. É certo que, nos primeiros séculos, utilizava-se o método da *lectio continua*, ou seja, a leitura continuada e sequencial dos diversos escritos bíblicos. Mas de que modo essas leituras foram escolhidas e, depois, agrupadas, até se tornarem um livro derivado e independente da Bíblia? Antes de responder a essa questão, vamos analisar a figura ministerial relacionada ao lecionário, ou seja, o leitor.

O ministério do leitor

Sendo o mais antigo ministério litúrgico não ordenado na Igreja, o leitorado era realizado por pessoas aptas, preparadas e bem fundamentadas na fé. De fato, na igreja africana, no século III, têm-se notícias de que os leitores eram escolhidos entre os que haviam confessado a fé católica diante das perseguições². Os próprios concílios africanos atestam a importância desse ministério, determinando vários requisitos para que alguém pudesse receber a dignidade de ser leitor³. Em Milevi, também na África, eram os leitores os responsáveis por proteger a Palavra de Deus, escondendo os livros sagrados em suas casas em tempos de perseguição⁴.

A escolha do leitor era realizada pela comunidade, que o apresentava ao bispo como digno. O bispo, então, o instituía, usando as seguintes palavras: “Recebe e proclama a Palavra de Deus, para ter, se realizares fiel e diligentemente o teu ofício, parte com aqueles que a ministraram”⁵. Essa fórmula se espalhou por todo o mundo ocidental e foi usada por muitos séculos, acompanhada da entrega das Sagradas Escrituras.

No entanto, pouco a pouco esse ministério foi sendo orientado à hierarquia eclesial, tornando-se uma das várias ordens menores. Tanto no Oriente quanto no Ocidente, meninos e rapazes especialmente instruídos na fé eram escolhidos para serem leitores, para que, a partir desse ministério, eles recebessem, futuramente, as ordens maiores do diaconato e do presbiterato.

O que é comum no primeiro milênio em todas as tradições litúrgicas é que o leitor, seja criança ou não, subia a um lugar elevado para proclamar a Palavra, levando consigo seu próprio livro. Mas que livro era esse?

A formação do lecionário

Desde o início, a Igreja realiza dois tipos de leitura da Palavra de Deus durante a celebração eucarística: a leitura continuada e sequencial dos livros, divididos em perícopes, ao longo de várias celebrações; e a leitura de perícopes específicas nas festas e solenidades. Essas leituras, nos primeiros séculos, eram escolhidas pelos bispos e, até mesmo, pelos presbíteros, mas a partir do século IV se estabeleceram listas de perícopes mais ou menos fixas.

As listas dos trechos que deveriam ser lidos configuraram-se, até o século VII, em

três modalidades: notas às margens da Bíblia; capitulários, ou seja, folhetos que continham o início e o fim do trecho a ser lido e acompanhavam a Bíblia; e o lecionário propriamente dito, um livro com a transcrição dos textos sagrados, dispostos na ordem em que deveriam ser lidos. Nas duas primeiras modalidades, a Bíblia se apresentava como um verdadeiro livro litúrgico⁶, lembrando que, nessa época, a Sagrada Escritura ainda não era dividida em versículos ou capítulos.

A partir do século VIII, os lecionários se impõem como o modo mais prático para a celebração. Eles são muito variados até o século XII, com leituras específicas. Alguns continham apenas as cartas de Paulo, outros apenas as cartas católicas, outros apenas o Antigo Testamento. Entre os lecionários, aqueles que sempre ganharam mais destaque foram os que continham os Evangelhos, ou seja, os evangeliários, que eram ricamente decorados com gravuras e preciosos acabamentos. Essa exuberância do evangeliário permanece até hoje.

O mais antigo lecionário do século VIII que temos é o *Comes de Würzburg*, o qual corresponde às celebrações contidas no Sacramentário *Gelasianum Vetus*, apresentando um epistolário (as leituras das cartas do Novo Testamento). No final desse século, o lecionário já continha, também, os evangelhos, como se pode observar no *Liber Comitatus* de Paris, que mesclou a tradição das leituras realizadas em Roma com a tradição galicana. No século XIII, com o advento do missal plenário, fundindo tanto o sacramentário quanto o lecionário, as leituras permanecerão praticamente as mesmas até a reforma litúrgica realizada pelo Concílio Vaticano II, em 1970.

O lecionário hoje

A reforma litúrgica pós-conciliar, no que tange à Liturgia da Palavra, partiu da ordem de que “seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas”⁷. Se a partir do século XIII a praxe era de ter apenas duas leituras na missa (cartas de Paulo e Evangelho), agora retornou-se ao modo mais antigo, do primeiro milênio, com três leituras nas missas dominicais (Antigo Testamento, cartas ou Atos dos Apóstolos, Evangelho).

Foram recuperadas, portanto, as antigas listas de perícopes dos lecionários da Alta Idade Média, tanto para as leituras quanto

para os evangelhos, mantendo, no entanto, tanto quanto possível, a sequência estabelecida a partir do Missal da Cúria Romana (século XIII). Se até a reforma dos anos 1970 o lecionário estava contido dentro do próprio Missal Romano, a partir de então ele volta a ser um livro autônomo.

Atualmente, a edição em português do lecionário é dividida em seis volumes:

- **Lecionário Dominical A, B, C:** contém as leituras de todos os domingos do ano litúrgico, ao longo de três anos, ou seja, o ano em que se lê o Evangelho de Mateus (ano A), o de Marcos (ano B) e o de Lucas (ano C). O Evangelho de João é lido nos tempos fortes em todos os anos e, também, complementa o ano B.

- **Lecionário Semanal par e ímpar:** contém as leituras para as celebrações feriais, em um ciclo de dois anos (o ano par e o ano ímpar). Os evangelhos são sempre os mesmos para ambos os anos, alternando a primeira leitura.

- **Lecionário para as missas dos santos, dos comuns, para diversas necessidades e votivas:** chamado também de “santoral”, contém as leituras relacionadas a essas celebrações específicas.

- **Lecionário do Pontifical Romano:** contém as leituras próprias das celebrações presididas exclusivamente pelo bispo, como a dedicação da Igreja e do Altar e as ordenações.

- **Lecionário para missas de Nossa Senhora:** contém as leituras a serem proferidas nas diversas memórias, festas e solenidades da Virgem Maria.

- **Evangelário:** contém exclusivamente a leitura dos Evangelhos das missas dominicais dos anos A, B e C.

A terceira edição do Missal Romano⁸, ainda em vias de tradução para o português, contém, dentro do próprio missal, um micro lecionário, com os evangelhos para a procissão do Domingo de Ramos, e, além dele, um capitulário, com as indicações das leituras para a Vigília Pascal e para a Vigília de Pentecostes.

Todas essas leituras apresentam o panorama geral da história da salvação ao longo do ano litúrgico, de forma que os tesouros contidos na Palavra de Deus são amplamente distribuídos aos fiéis durante as celebrações eucarísticas.

Ademais, todos os livros do Ritual Romano contêm os seus próprios lecionários, com as leituras apropriadas para a celebração

de cada sacramento ou sacramental: matrimônio, batismo de crianças, iniciação cristã de adultos, penitência, unção dos enfermos, exorcismos, bênçãos, exéquias, confirmação.

Devido à importância capital das Sagradas Escrituras para a celebração dos sacramentos, não é por menos que a própria Introdução ao Lecionário, no número 35, pontifica: “os livros de onde se tiram as leituras da Palavra de Deus lembram os fiéis da presença divina, que fala a seu povo. Portanto, é preciso procurar que os próprios livros, que são sinais e símbolos das realidades do alto na ação litúrgica, sejam verdadeiramente dignos, decorosos e belos”⁹.

No próximo bimestre, ainda dentro deste assunto, iremos abordar aquele que é a pérola entre os lecionários: o evangeliário, ou livro do diácono.

Pe. João Paulo Veloso é incardinado na Arquidiocese de Palmas-TO. É jornalista e mestre em Liturgia pelo Pontifício Instituto Litúrgico (Roma 2020).

E-mail: contato@padreveloso.com

¹ JUSTINO DE ROMA. *I e II Apologias. Diálogo com Trifão*. São Paulo: Paulus, 1995.

² Cf. Epístolas 38 e 39 de Cipriano de Cartago, escritas entre os anos 250-251, presentes a obra: CYPRIANUS EPISCOPUS CARTHAGINENSIS; DIERCKX, G. F. (ed.). *Epistularium*. Turnhout: Brepols, 1994. (CCSL III B).

³ Por exemplo, o III Concílio de Cartago, do ano 435. Cf. CONCILIIUM carthaginense tertium. In: MUNIER, C. (ed.). *Concilia Africae A. 345 – A. 525* Turnhout: Brepols, 1974. (CCSL 149).

⁴ Cf. OPTATUS MILEVITANUS. Seção VII: capítulo I. In: OPTATUS MILEVITANUS; LABROUSSE, M. (ed.). *Traité contre les donatistes*. Paris: Cerf, 1996. Tome II (livres III à VII). (Sch 413). linhas 30-31.

⁵ Esta prece se encontra pela primeira vez no cânone 8 do IV Concílio de Cartago, do ano 436. A prece no original em latim é a seguinte: “[...] accipe et esto uerbi dei relator, habiturus, si fideliter et utiliter impleueris officium, partem cum eis qui uerbum dei ministrauerunt”. Cf. CONCILIIUM carthaginense quartum. In: MUNIER, op. cit.

⁶ Cf. FOLSOM, Cassian. I libri liturgici romani. In: SCIENTIA Liturgica. Casale Monferrato: Piemme, 1998. v. 1.

⁷ CONSTITUTIO de Sacra Liturgia Sacrosanctum concilium. In: SACROSANCTUM CONCILIIUM OECUMENICUM VATICANUM, II, 4 decembris 1963, Roma. *Acta Apostolicae Sedis – AAS*. Città del Vaticano: LEV, 1964. v. 56, p. 97-138. n. 35.

⁸ MISSALE Romanum ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum Ioannis Pauli PP. II cura recognitum. Editio typica tertia. Città del Vaticano: Typis Vaticanis, 2008.

⁹ MISSAL Romano restaurado por Decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI: Palavra do Senhor I: Lecionário Dominical A-B-C: tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e aprovada pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulus, 1994.



A força profética da Palavra

proclamada pelos leitores e leitoras

PATRICK BRANDÃO

O valor e a riqueza da Palavra de Deus foi uma das marcas do Concílio Vaticano II. Na Igreja, a celebração litúrgica é um dos terrenos privilegiados onde a Palavra ressoa hoje, pois, na liturgia, a Palavra de Deus não é um conteúdo a ser compreendido por meio de uma abstração cognitiva racional, mas essa Palavra é o próprio Senhor (cf. Jo 1,14) que espera de nós um diálogo com Ele.

Com a renovação conciliar, não há ação litúrgica, especialmente sacramental, que não envolva uma liturgia da Palavra. De acordo com o documento conciliar sobre a liturgia, através dessa Palavra proclamada na assembleia cristã “Deus fala ao seu povo e Cristo proclama novamente o seu Evangelho” (SC 33). Assim, todos os elementos de um diálogo verdadeiro devem se fazer presentes em nossas celebrações, isto é: a voz de quem fala, a escuta atenta do interlocutor, o espaço adequado, o silêncio, as respostas, etc.

A dimensão dialógica de escuta e de resposta à Palavra em nossas celebrações litúrgicas é mediada por linguagens simbólicas que ajudam a manifestar os elementos

enumerados acima, pois, na liturgia da Palavra, o diálogo se manifesta com a voz do Leitor ou da Leitora que, do ambão, proclama a Palavra, e com a escuta e a resposta da assembleia celebrante.

Desse modo, repensarmos o ministério do Leitor e da Leitora pode ajudar a fortalecer e a recolocar no centro a dimensão dialógica e profética da Palavra de Deus em nossas comunidades de fé. Assim, nos propomos, no presente artigo, a redescobrirmos a importância da função ministerial do leitor e da leitora com a sua dupla missão: proclamar a presença de Cristo na liturgia e manifestar, através do testemunho, a força profética da Igreja.

Origem dos leitores e leitoras: da exclusão a uma verdadeira inclusão

O ministério do leitor e da leitora nasce do fato de que alguém deveria proclamar a Palavra – ler o texto. Para tal função, eram necessárias pessoas alfabetizadas. No mundo greco-romano, ambiente das primeiras comunidades, muitas escolas eram difun-

didadas; no entanto, as classes mais pobres da sociedade permaneciam excluídas¹, o que dificultava o exercício dessa função litúrgica.

Com isso, no início da comunidade cristã, o serviço do leitor e da leitora ainda não tinha uma conotação ministerial ou carismática; havia apenas uma necessidade real de se proclamar a Palavra de Deus nas liturgias. Infelizmente tal função se restringia a uma classe social, mas, felizmente, com o passar do tempo, a comunidade cristã foi desenvolvendo critérios de escolhas² mais inclusivas e carismáticas para a ministerialidade a serviço da Palavra de Deus nas celebrações litúrgicas .

A função de leitor já era comum entre os hebreus, bem como em outras culturas religiosas da época, mas “o serviço sinagoga comportava, desde os tempos do exílio, a leitura da lei mosaica e dos profetas³”. McGowan⁴ afirma que mesmo que os cristãos tenham tido tal familiaridade com certos aspectos da liturgia sinagoga, não se poderia afirmar categoricamente que é dessa forma ritual que nasce a liturgia da Palavra, mas, sim, de alguns aspectos como o ato proclamativo da Palavra feito por Jesus em Lc 4.

Um exemplo claro da diferença entre as liturgias seria a não existência de leitores oficiais na sinagoga, de modo que até visitantes poderiam ser convidados pelo responsável da sinagoga a fazer a leitura⁵. Para a tradição cristã, pelo fato de logo cedo se relacionarem Cristo e a Palavra, a função daquele que lê a escritura é rapidamente desenvolvida.

Em 1Tm 4,13, se anota: “dedica-te à leitura, à exortação, ao ensino”. O texto é uma clara recomendação de como deve agir o responsável local. Assim, ainda nesse período, o leitor não tem um serviço bem específico ou está, também, servindo como função de coordenação da comunidade⁶.

Uma primeira compreensão do ministério do leitorato distinto de outros ministérios, pode ser encontrado na I Apologia de Justino (século II – cerca de 150), que, ao descrever a assembleia litúrgica dominical, diz: “No dia que se chama sol, celebra-se uma reunião de todos os que moram nas cidades ou nos campos, e aí se leem, enquanto o tempo o permite, as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. Quando o leitor termi-

na, o presidente faz uma exortação e convite para imitarmos esses belos exemplos⁷”.

Portanto, no testemunho acima, o leitor é identificado como uma figura distinta de quem preside, mas é adotada sempre uma expressão genérica que não esclarece se o leitor era um verdadeiro ministro litúrgico⁸. No texto, ele é apenas representado como “aquele que lê” (*anaginóskon*). A primeira menção literária segura acerca do leitor ocorre por volta do ano 200, com Tertuliano, que se refere ao leitor como um ministério próprio e estável, como um serviço determinado, assim como o são o do bispo, do presbítero e do diácono⁹.

Em Cartago, o bispo e mártir Cipriano (249-258) testemunha a existência de leitores em sua Igreja: “Sabei, pois, que ordenei Sáturo como leitor e o confessor Optato como subdiácono¹⁰”. Havia dois graus de leitores; os leitores que auxiliavam os presbíteros-catequistas na preparação de catecúmenos; e os leitores que eram instituídos pelo bispo com a aprovação de toda a comunidade. Além disso, o leitor em Cartago era uma verdadeira testemunha da fé:

aprouve que começasse pelo ofício de leitor, pois nada mais convém à voz que confessou a Deus com uma gloriosa proclamação do que ressoar na celebração das divinas leituras; depois das sublimes palavras que afirmaram o testemunho de Cristo, ler o evangelho de Cristo, a partir do qual se constituem os mártires; vir ao púlpito, depois do estrato de tortura.¹¹

A carta de Cornélio a Fábio de Antioquia atesta que, em Roma, havia “quarenta e seis presbíteros, sete diáconos, sete subdiáconos, quarenta e dois acólitos, cinquenta e dois exorcistas, leitores e porteiros [...]”¹². Assim, demonstra que em Roma, em 251, já se encontrava bem difundido tal ministério.

Um testemunho ainda mais eloquente encontramos na Tradição Apostólica, que apresenta o leitor como um ministério instituído: “o leitor se constitui no ato em que o bispo lhe dá o livro, de fato as mãos não são impostas sobre ele”¹³. Ao tratar dos ministérios instituídos, trata apenas do leitor e do subdiácono, afirmando se tratar de um ministério instituído unicamente por meio de um gesto simbólico (receber o livro) e não ordenado, isto é, sem imposição das mãos.

Assim, no século III, o ministério do leitor tem a sua composição bem clara: é um ministério distinto dos outros ministérios, escolhi-

do por parte da comunidade, destacado pelo testemunho de vida cristã, mas, também, pela capacidade vocal de proclamação e, por fim, é recebido por um ato litúrgico – há uma Instituição – na presença do bispo.

Além de tais elementos, ele podia ser assumido, também, por pessoas mais novas, como é previsto no decreto do papa Sirício ao bispo de Tarragona: “quem prometeu colocar-se a serviço da Igreja desde a infância deve estar associado ao ministério de leitores”¹⁴. Segundo Righetti¹⁵, poderia ser pelo fato de que suas vozes eram mais claras e pronunciavam com maior clareza a leitura.

O desaparecimento do ministério do leitor começa no tempo de Gregório Magno (século VII-VIII). Nesse período, a função de proclamação da Palavra e dos cantos da missa passam aos diáconos e aos subdiáconos, e os jovens, que faziam parte do possível grupo de leitores, passam a fazer parte do grupo de cantos¹⁶. Nesse período, o leitorato, enquanto ministério laical, desaparece totalmente e é transformado em ordem menor.

A ordenação dos leitores é descrita claramente no *Ordo romanus* 35 (século XI), onde normalmente se ordenavam adolescentes para essa função ministerial. O *ordo* 35 revela que, se um pai quisesse, poderia apresentar o próprio filho para ser ordenado leitor e, posteriormente, o adolescente passaria por uma avaliação mediante a qual, se aprovado, receberia a ordenação¹⁷.

A partir do início da Idade Média, a celebração da chamada missa “privada” é difundida, o “sacerdote celebrante” assume todas as funções litúrgicas, monopolizando assim os ministérios litúrgicos, inclusive a proclamação das leituras. Sabemos que, com o Ritual Romano das ordenações do séc. X, temos o testemunho de ordens menores. Assim, tais ministérios laicais, aos poucos, vão se clericalizando.

Segundo F. Brovelli¹⁸, nos livros litúrgicos do séc. X, havia cinco ordens menores: o porteiro, o leitor, o exorcista, o acólito e o subdiácono. Aos poucos, no séc. XI, a Igreja pede que cada ministério seja recebido sucessivamente como se fossem degraus para ascender às ordens maiores (diaconato, presbiterato e episcopado)¹⁹. A partir do séc. XII, o subdiaconato passa a ser considerado como uma ordem maior²⁰. Tal estruturação ministerial será herdada pelo Concílio de Trento (1545-1563).

Apesar de o Concílio de Trento não restaurar as funções das ordens menores como na Igreja antiga, ele as define como estágios jurídicos da preparação para ordens maiores; no entanto, não se encontra qualquer definição específica acerca do leitor. A única recomendação a respeito das ordens menores que valeria a pena ser destacada é a de que, na ausência de algum ministro, essa função poderia ser realizada por homens também casados, mas de bons costumes, que assumiriam as tarefas vestindo o hábito clerical; mas, na prática, tal recomendação não foi tão considerada²¹.

Será no Concílio Vaticano II a verdadeira reforma onde as ordens menores do leitorato e do acolitato passarão a ser conhecidas como ministérios instituídos. A decisão conciliar culminou no *Motu proprio Ministeria Quaedam*, de Paulo VI²². Porém, mesmo sendo um ministério batismal, ainda continuava a prerrogativa de que apenas homens idôneos poderiam ser ministros instituídos, deixando, assim, as mulheres fora do acesso a ele. Sobre o ministério do leitor, Paulo VI elencava, no documento, algumas funções do leitor instituído, a saber: proclamar a Palavra de Deus nas celebrações litúrgicas; na falta do salmista, salmodiar; na falta do cantor, cantar; proferir a oração da assembleia (preces) e preparar os leitores não instituídos (leitores que exercem o ministério de forma provisória)²³.

A última grande reforma no ministério instituído do leitorato foi feita pelo papa Francisco, com *Motu proprio Spiritus Domini*, onde não se modifica a função do leitor e, sim, o Cân. 230 § 1 do Direito Canônico, dando acesso às mulheres para exercerem esse ministério de caráter eminentemente batismal.

Portanto, a breve história do ministério do leitor e da leitora nos mostra como, ao longo da história, entre avanços e retrocessos, o leitor e, principalmente, a leitora vai conquistando o seu espaço dentro da liturgia e da Igreja. De um ministério exercido por uma parte do povo, ou seja, a classe que sabia ler e os homens, para um ministério eminentemente batismal, de todas as classes e exercido por homens e mulheres.

Além da dimensão simbólico-litúrgica, a história nos impulsiona a redescobrirmos a função profética e testemunhal dos ministros e ministras que proclamam a Palavra de Deus.

Função proclamativa do leitor e da leitora na liturgia da Palavra

O Concílio Vaticano II, na *Sacrosanctum Concilium*, n. 7, afirma que: Cristo “está presente na sua Palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura”. Com isso, o leitor e a leitora, no ato de ler, fazem com que Cristo esteja presente. Desse modo, a “ação de ler” o texto se transforma mistagógicamente em “proclamação”, pois o texto não é mais texto em si mesmo e, sim, presença da pessoa de Cristo na Igreja.

Entre o proferir o texto por parte do leitor e o manifestar a presença de Cristo na assembleia que escuta, percebemos um forte apelo à força sacramental da Palavra de Deus, pois, de acordo com Bento XVI, em sua Exortação apostólica *Verbum Domini*, “na relação entre Palavra e gesto sacramental, mostra-se de forma litúrgica o agir de Deus na história, por meio do caráter *performativo* da Palavra. Com efeito, na história da Salvação, não há separação entre o que Deus *diz e faz*; a sua própria Palavra apresenta-se como viva e eficaz (cf. Hb 4, 12) (como aliás indica o significado do termo hebraico *dabar*). Do mesmo modo, na ação litúrgica, vemo-nos colocados diante da sua Palavra que realiza aquilo que diz”²⁴.

A *Palavra* transmite a sua força performativa mais intensamente na ação litúrgica. Assim sendo, a ação ritual e simbólica do leitor remonta ainda mais claramente a força da Proclamação, pois a Palavra de Deus depositada na Escritura reencontra a sua força viva como evento de salvação. Portanto, através da voz do leitor, o “Verbo” mais uma vez se faz “carne” no corpo vivo da Igreja.

Até mesmo se pensarmos no ato fundativo da liturgia da Palavra²⁵, que se deu mediante a *performance* de Jesus, que lê as escrituras dentro de uma sequência ritual na sinagoga de Nazaré (Cf. Lc 4,21), o ministério do leitor e da leitora torna-se manifestação da presença de Cristo que fala à comunidade reunida.

A leitura feita por Jesus tem um diferencial: nele, a ação de ler, a palavra que ele pronuncia, deixa de ser um fato verbal para tornar-se um acontecimento; contar histórias torna-se história atual; Jesus é o leitor que encarna e torna a Palavra visível. Lucas inicia a vida pública de Jesus com a ação de ler o livro do profeta Isaías, durante a oração do sábado na sinagoga de Nazaré

(Cf. Lc 4, 16-30). No final da leitura, Jesus faz uma declaração surpreendentemente clara na sua formulação: “Hoje se cumpriu esta Escritura que ouvistes com os vossos ouvidos” (Lc 4,21).

Para que a proclamação da Palavra na sequência ritual seja verdadeiramente epifania da presença de Jesus, “é necessário que os leitores que desempenham este ministério, embora não tenham sido oficialmente instituídos nele, sejam realmente preparados. Essa preparação deve ser, em primeiro lugar, espiritual; mas é necessária também a preparação técnica.” (ELM- Elenco das leituras da missa, n. 55). Que não improvisem nem sejam surpreendidos com um convite de último momento para proclamarem a palavra de Deus.

Por preparação espiritual se entende a preparação bíblica e litúrgica²⁶, com que leitores e leitoras possam “compreender as leituras em seu contexto próprio e entender à luz da fé o núcleo central da mensagem revelada²⁷”; já a formação litúrgica é para que leitores e leitoras tenham “certa percepção do sentido e da estrutura da liturgia da Palavra e a relação entre a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística”²⁸.

É importante que tal formação não fique apenas no campo teórico, mas, a partir de vivências e dos recortes da sequência ritual, dê-se a devida formação litúrgica, além da dimensão bíblica.

O n. 55 do ELM nos apresenta, também, a necessidade de uma preparação técnica que “deve capacitar os leitores para que se aperfeiçoem continuamente na arte de ler diante do povo, seja de viva voz, seja com a ajuda de instrumentos modernos para a ampliação da voz”. Haja vista que o ELM já havia tratado da importância de o leitor ler de forma alta e clara²⁹, é importante que se possa investir em profissionais que auxiliem nesse aprendizado.

Na sequência ritual: o corpo do leitor e da leitora é revestido com a veste branca, manifestando o exercício do ministério (cf. Instrução Geral do Missal Romano – IGMR, 339); o Leitor e a Leitora, na ausência do diácono, poderá levar o Evangeliário e colocá-lo sobre o altar (cf. IGMR, 120d; 190); ao chegar no presbitério tem a sua cadeira reservada próxima ao ambão (cf. IGMR, 310); que a tonalidade de voz seja em tom proclamativo para que, através da voz do leitor, o mistério

de Deus que fala ao seu povo seja ouvido por toda a assembleia; deverá respeitar os momentos de silêncio que dão ritmo e ajudam a assembleia a acolher a proclamação da Palavra (cf. IGMR, 56). Por fim, a postura corporal do leitor e da leitora ao se aproximar da mesa da Palavra deve manifestar seriedade e, ao mesmo tempo, tranquilidade em ir proclamar a Palavra de Deus.

Infelizmente essas ações simbólicas têm sido negligenciadas na liturgia da Palavra em alguns locais, manifestando uma liturgia minimizada, que ocorre apenas na mesa Eucarística e que não se dá conta da dignidade da mesa da Palavra dentro da ação celebrativa. Além disso, muitas vezes tal minimização acontece por falta de formação dos leitores e leitoras, por se buscar o caminho mais rápido e fácil, a saber: colocar um *cerimoniário* ou *coroinha* para encaminhar tudo dentro da ação celebrativa. Levando-se em conta que geralmente os leitores e leitoras não conhecem, inicialmente, o Lecionário, o espaço celebrativo, o modo como proclamar a Palavra, a sequência ritual etc., de fato, o ministério do leitor e da leitora tende a ficar condicionado ao “ministro faz tudo”, ferindo, portanto, o princípio litúrgico de que nas “celebrações litúrgicas, cada qual faça tudo e só aquilo que pela natureza da coisa ou pelas normas litúrgicas lhe compete” (SC 28).

Se o leitor e a leitora diminuírem a importância da *performance* ritual e da sua ação simbólica, toda a Liturgia da Palavra correrá o risco de se perder, pois, como nos recorda A. Cardita, “a Palavra exige a ritualização da mesma forma que a liturgia se inscreve numa narrativa envolvendo o cosmo, a história, as pessoas e os povos”³⁰. Assim, os gestos simbólicos, a voz do leitor, o timbre, o silêncio, o ritmo dão visibilidade à presença do Cristo que fala à Comunidade reunida em oração.

A força do testemunho profético do leitor e da leitora

Na origem do ministério de leitor, um dos critérios para serem escolhidos os ministros da proclamação da Palavra era a sua presença na comunidade de fé e o modo como eles confessavam a fé aos irmãos e às irmãs. A dimensão do testemunho profético era critério básico para que um cristão fosse eleito

para o exercício desse ministério eclesial. Assim relata São Cipriano:

O que mais convinha, irmãos diletísimos, do que fazer subir ao púlpito, isto é, ao tribunal da Igreja aquele que, com tão grande clemência do Senhor, veio até nós, tornado ilustre pelo testemunho e pelo estupor de quem o tinha perseguido, de modo que, apoiado na excelssitude de um lugar mais elevado e visível a todo o povo pelo esplendor da sua honra, leia os preceitos e o Evangelho do Senhor que tão forte e fielmente segue? Que seja ouvida a voz que confessou o Senhor a proclamar diariamente o que o Senhor falou³¹.

Este bellissimo texto mostra S. Cipriano, bispo de Catargo, em uma carta dirigida a todo povo de Deus em 251, no período em que a Igreja estava passando pela perseguição de Décio, testemunhando como escolheu o leitor. Na verdade, o texto completo mostra o bispo se desculpando por não ter consultado o povo na escolha do novo leitor, por não poder fazê-lo naquele momento de perseguição, mas apresenta motivo plausível pela escolha, isto é, o testemunho profético desse cristão diante da perseguição religiosa.

Desse modo, dois elementos essenciais do ministério de leitor se sobressaem no presente testemunho. O primeiro é a dimensão da eleição do ministro por parte da comunidade. Era algo comum, como vimos na história, a consulta do povo de Deus para a escolha de ministro da comunidade. Com isso, S. Cipriano, estando impedido de fazer essa consulta, não se utiliza de um argumento de autoridade para justificar a sua decisão, mas da autoridade da “tribuna do martírio” onde o próprio leitor escolhido subia para testemunhar o Senhor Ressuscitado. O segundo elemento é a já citada “autoridade da tribuna”, isto é, do testemunho profético daquele que fora escolhido para o exercício do ministério. Assim, um dos critérios que deveria ser levado em conta na escolha de novos ministros e ministras para o exercício da proclamação da Palavra é o testemunho de vida.

O Concílio Vaticano II enquadra o critério do testemunho como função profética do inteiro povo de Deus, o que se pode afirmar uma vez que a constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG), sobre a Igreja, ao tratar, em seu n. 12, da dimensão profética de todo o povo de Deus, afirma que a comunidade cristã se organiza no mundo de três maneiras: a partir de carisma próprio e do testemunho

nos diversos ambientes; através da forma de se organizar, que não está relacionada com o fazer eclesial; e, também, no modo com o qual ela transmite a fé.

Portanto, o testemunho profético é prope-
dêutico ao anúncio da Palavra na Liturgia, pois a liturgia da Palavra manifesta ritualmente o anúncio profético da Igreja inteira. Assim, a missão do leitor, como recorda a homília presente no rito de instituição do leitorato, é proclamar a Palavra de Deus na liturgia e anunciar às pessoas que ainda não conhecem Jesus o Evangelho³².

Por fim, o ministério do leitor e da leitora manifesta dois aspectos: na dimensão proclamativa, através da celebração ritual da Palavra de Deus, a presença de Cristo; e, na dimensão testemunhal, toda a ação profética da Igreja.

Com isso, redescobrir a função ministerial dos leigos e leigas que proclamam a Palavra e anunciam profeticamente o Evangelho, quer nos ministérios instituídos, quer exercendo o ministério de leitor e leitora de maneira reconhecida e provisória, ajudará a Igreja a ser ainda mais missionária e a viver a dupla bem-aventurança proferida pelo autor do livro do Apocalipse: “Feliz aquele que faz a leitura, e felizes os que ouvem as palavras da profecia e guardam o que nela está escrito, pois o tempo está próximo” (Ap 1,3).

Enfim, o autor sagrado, utilizando-se da imagem de uma liturgia sinagoga com linguagem apocalíptica, anuncia uma profecia de felicidade sobre quem lê, o leitor e a leitora, e sobre quem escuta, a assembleia. Tal predição, que diz respeito a reconhecer a revelação de Deus, a qual, em Jesus, penetra na nossa história, faz com que a Igreja, através da ação proclamativa na liturgia e do exercício do testemunho do leitor e da leitora, acolha, no tempo presente, o dom da presença de Jesus.

Patrick Brandão,
presbítero da diocese de Duque de Caxias-RJ.

¹ Cf. CATTANEO, E. *I ministeri nella chiesa Antica: testi patristici dei primi tre secoli*. Milano: Paoline, 2012. p. 169-170.

² Cf. MCGOWAN, A. B. *Il culto Cristiano dei Primi secoli:*

uno sguardo sociale, storico e teologico. Bologna: EDB, 2019. p. 109.

³ CATTANEO, op. cit., p. 170.

⁴ Cf. MCGOWAN, op. cit., p. 88-89.

⁵ Cf. CATTANEO, op. cit., p. 171.

⁶ Cf. MCGOWAN, op. cit., p. 109.

⁷ JUSTINO DE ROMA. *I e II Apologias – Diálogo com Trifão*, São Paulo: Paulus, 2020. p. 83, n. 67, 3-4.

⁸ Cf. CATTANEO, op. cit., 172.

⁹ Cf. TERTULIANO, *La prescrizione contro gli eretici*, n. 41. In: CATTANEO, op. cit., p. 480-48.

¹⁰ CIPRIANO *Obras completas II*. São Paulo: Paulus, 2020. n. 29,2.

¹¹ *Ibidem*, n. 38,2.

¹² Carta a Fabio de Antioquia. In: EUSÉBIO DE CESAREIA. *História eclesiástica*. São Paulo: Paulus, 2000. p. 336, n. 43, 11. (grifos nossos).

¹³ TRADIÇÃO Apostólica: liturgia e catequese em Roma no século III. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 55

¹⁴ PP. SIRICIUS. Epistula I ad Himerium Episcopum Tarraconensem, 1845, p. 1142, n. 9-10. apud RIGHETTI, M. *Manuale Storia Liturgica*. Milano: Ancora, 1959. v. IV. p. 377.

¹⁵ Cf. RIGHETTI, op. cit., p. 378.

¹⁶ *Ibid*, p. 379-380.

¹⁷ Cf. JOUNEL, P. As ordenações. In: MARTIMORT, A. G. *A Igreja em oração: os sacramentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. v. III, p. 149. *Ibid.*, p. 150.

¹⁸ Cf. BROVELLI, F. Ordem e ministérios. In: NEU-NHEUSER, B. *Os sacramentos: teologia e história da celebração*. São Paulo: Paulinas, 1986. v. IV, p. 304.

¹⁹ Cf. JOUNEL, op. cit. p. 149

²⁰ *Ibid.*, p. 150.

²¹ Cf. IZZI, C. *La partecipazione del fedele laico al Munus Sanctificandi: i ministeri liturgici laicali*. Roma: Pontificia Universitas Lateranensis, 2001. p. 80-82.

²² Sobre o histórico dos ministérios instituídos faça referência ao nosso trabalho: Cf. BRANDÃO, P. Ministérios leigos instituídos na Igreja. *Revista de Liturgia*, São Paulo, n. 284, p. 4-8, mar/abr 2021

²³ PAULO VI. *Ministeria Quaedam*. Litterae apostolicae motu proprio datae disciplina circa primam tonsuram, ordines minores et subdiaconatos in ecclesia latina innovatur (15 ago. 1972). [Città del Vaticano]: Dicastero per la Comunicazione; Libreria Editrice Vaticana, [2021]. Disponível em: www.vatican.va/content/paul-vi/la/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19720815_ministeria-quaedam.html. Acesso em: 07 fev. 2022.

²⁴ BENTO XVI. *Exortação apostólica pós-sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010. n. 53.

²⁵ Cf. BOSELLI, G. *O sentido espiritual da liturgia*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2014. p. 52.

²⁶ ELM, p. 55.

²⁷ Loc. Cit..

²⁸ Loc. Cit.

²⁹ *Ibid.*, p. 14.

³⁰ CARDITA, A. O caráter performativo da Palavra de Deus: validação de uma proposição de Bento XVI. In: PARO FACCINI, T. (org.). *Atualização litúrgica 3*. São Paulo: Paulus, 2020. p.79.

³¹ CIPRIANO, op. cit., n. 39,4.

³² Cf. PONTIFICAL ROMANO, *Rito de instituição de leitores*, São Paulo: Paulus, 2000, p. 256, n. 12.

A Oração sobre o povo na III edição típica do Missal Romano: *recuperação da sã Tradição e legítimo progresso*

JERÔNIMO PEREIRA

A publicação da terceira edição típica do Missal Romano (MR) indica uma atuação prática dos princípios basilares do Concílio Vaticano II, tanto de continuidade ininterrupta da tradição orante da Igreja, quanto no que se refere a oferecer a essa mesma Igreja a possibilidade de uma sempre renovada compreensão do mistério eucarístico (cf. SC n. 23¹), feita a partir dos conteúdos teológico-eclesiais e litúrgico-ritual-celebrativos, que sublinham sempre mais a *lex orandi* como a fonte primeira da profissão de fé do povo de Deus e o substrato essencial para a espiritualidade e o viver cotidiano.

Entre as muitas consideráveis “novidades” do “novo” MR se encontram as chamadas “orações sobre o povo”, ou melhor dizendo, as “orações de bênçãos sobre o povo”. Essas orações aparecem assinaladas para cada formulário de missa, dominical e ferial, do Tempo da Quaresma, precedidas da rubrica “Para a despedida, o sacerdote voltado para o povo, com as mãos estendidas sobre ele, diz a seguinte oração”². Trata-se, propriamente falando, não de uma novidade, no sentido de uma coisa que nunca existiu, mas da recuperação de um elemento eucológico e ritual antigo, sempre presente nas edições do Missal Romano anteriores a 1970 e que resulta em um enriquecimento positivo em vista de uma maior compreensão da Quaresma enquanto caminho de conversão na direção da Páscoa.

Não que o MR restaurado pelo Concílio Vaticano II tenha deixado de lado ou esquecido esse precioso tesouro. Essas orações se encontram, em número reduzido, até o presente momento, numa sessão à parte do MR intitulada exatamente “Orações sobre o povo” (p. 531-534). O que há de realmente “novo” é

a sua reinserção nos formulários quaresmais. O fato de se encontrarem num “apêndice” do Ordinário da Missa do MR e não estarem ligadas a uma determinada celebração ou tempo particular fez, sim, com que o seu uso se tornasse muito raro. Além disso, essa disposição não favoreceu a compreensão do seu significado e, sobretudo, da sua função dentro da celebração³.

“Ó beleza, tão antiga e tão nova”

A inserção das Orações sobre o povo nos formulários do Tempo da Quaresma é uma retomada daquilo que já era presente no Missal Tridentino como elemento dos ritos de conclusão que caracterizavam os dias feriais da Quaresma. A sua história funda as suas raízes nos primeiros séculos da formação dos ritos cristãos.

Uma forma de despedida da assembleia litúrgica é uma exigência de tipo sociológico e também psicológico, além de assinalar formalmente a relação temporal do rito. Já Tertuliano († 220c.) o atesta, as Constituições Apostólicas (séc. IV) fazem o diácono dizer “Ide em paz” e a peregrina Egéria (IV séc.) nota frequentemente que, no fim das celebrações litúrgicas, o bispo abençoava os fiéis e se tinha uma despedida. Nesse mesmo período, alguns concílios na Gália proibiam que os fiéis saíssem da igreja antes da bênção dada pelo bispo. As Constituições Apostólicas apresentam a forma e a fórmula ritual para tal ocasião: depois da comunhão se prevê uma oração que se conclui com o “amém” da assembleia. O diácono diz: “Inclinai-vos a Deus, pelo seu Cristo, e recebei a bênção” e o bispo recita uma longa oração que diz, entre outras coisas: “Deus onipotente, abençoai

aqueles que têm a cabeça inclinada diante de vós; realizai as aspirações dos seus corações... fazei que ninguém seja excluído do vosso reino; santifica-os, guarda-os, protege-os, ajuda-lhes, livra-os do adversário, de todo inimigo; conserva as suas casas, guarda a sua saída e a sua entrada”⁴.

Também em Roma, no primeiro milênio, a celebração terminava com uma bênção em forma de oração, na qual o presidente pedia a Deus para a assembleia os benefícios ligados à Eucaristia, além de ajuda e proteção. Tratava-se de uma prece de bênção que se dava como despedida, com a qual a Igreja saudava os seus membros que voltavam às suas ocupações cotidianas. O testemunho mais antigo dessas Orações sobre o povo o encontramos no Sacramentário Veronense (*Ve* – séc. VI), no qual elas parecem fazer parte essencial da estrutura ordinária da missa, tanto do temporal quanto do santoral⁵. Aqui elas não recebem nenhum título e são identificadas por causa de sua colocação, segunda oração depois dos prefácios, e por causa da sua estrutura. O Sacramentário Gelasiano *Vetus* (*GeV* – séc. VII) as apresenta, para o tempo do Natal e da Epifania e, também, para os domingos da Quaresma e outras ocasiões, com o título “para o povo” (*Ad populum, Ad plebem*) e “sobre o povo” (*Super populum*. n. 1273-1287). O Sacramentário Gregoriano (*GrH* – VIII séc.), por sua vez, as apresenta somente para os dias feriais da Quaresma, chamando-as unicamente de “sobre o povo”. Por esse motivo o conteúdo dessas orações estava diretamente ligado ao tema próprio desse tempo: penitência e conversão. Do Sacramentário Gregoriano as orações sobre o povo passaram para o Missal tridentino até a edição de 1962.

Por que se passou de um uso abundante dessas orações (*Ve*) a um número restrito e concentrado num único tempo litúrgico (*GrH*)? Talvez por causa de uma tradição própria da liturgia de reservar os textos mais antigos para os tempos litúrgicos mais fortes e significativos, nesse caso, a Quaresma.

As edições do MR post-Vaticano II, de 1970 e 1975, as tinham eliminado como texto orgânico colocado no fim de cada formulário ferial da Quaresma e, como já dito, 26 delas estavam colocadas em um apêndice do Ordinário da Missa, 9 das quais recolhidas do *Ve*, 11 do *GeV*, 4 do *GrH* e 2 do MR anterior à reforma. O único formulário no qual essa forma de oração aparecia como parte inte-

grante era o da Sexta-Feira Santa. Com respeito à rubrica que as precede, ela sublinha o seu uso multiforme: “As seguintes orações podem ser usadas, à vontade do sacerdote, no fim da Missa, da Liturgia da Palavra, da Liturgia das Horas ou dos Sacramentos” (MR, p. 531). Com a edição típica terceira do MR (2002-2008) são reintroduzidas, mudadas e apresentadas como fórmulas facultativas de bênçãos finais para todos os dias feriais, da Quarta-Feira de Cinzas até a quarta-feira da Semana Santa. Diferentemente do *GrH* e do MR precedente, a terceira edição típica do MR as propõe como obrigatórias também para os domingos quaresmais, tirando o acento unicamente penitencial que essas orações poderiam ter anteriormente.

Estrutura e conteúdo

Diferentemente das outras orações que compõem o universo das eucologias menores da missa (Oração do dia, Sobre as oferendas e Depois da comunhão), nas quais o presidente da celebração, ao formular o pedido em nome de toda a assembleia reunida, se inclui, usando sempre a primeira pessoa do plural (*nós, a nós, nossa...*), nas Orações sobre o povo, aquele que preside não se inclui, mas se dirige a Deus em favor da comunidade, como um verdadeiro mediador entre Deus e o seu povo (*vós, a vós, vossos...*). A única exceção se encontra na oração assinalada na edição típica do MR para a quinta-feira da III semana da Quaresma: “Senhor, confiantes na vossa misericórdia, imploramos a vossa clemência, e assim como temos recebido de vós o ser, assim a vossa graça nos conceda procurar sempre o bem e praticá-lo cotidianamente”⁶.

Essa regra estilística constitui o paradigma para a identificação e diferenciação das Orações sobre o povo das outras orações da missa. Esses textos, cheios de referências da Sagrada Escritura, pressupõem uma espiritualidade bíblica potente. Como toda forma de bênção, têm a seguinte estrutura: 1) exclamação/aclamação; 2) motivo/anamnese; 3) pedido/intercessão; e 4) doxologia. Assim, no exemplo abaixo:

Olhai [3], ó Deus [1], esta vossa família, pela qual nosso Senhor Jesus Cristo não hesitou em entregar-se às mãos dos malfetores e sofrer o suplício da cruz [2]. Por Cristo, Senhor nosso [4]⁷

A finalidade da oração é implorar a bênção divina sobre a assembleia. O presidente invoca a proteção e ajuda de Deus para aqueles que participaram na celebração litúrgica e estão trilhando o caminho espiritual da Quaresma.

Nessa forma de oração, a Igreja, a beneficiária das preces, é denominada com os apelativos de *família*, *vossos fiéis*, *vossos servos*, *Igreja*, *povo fiel* e *vosso povo*. O termo mais usado é *povo*, a ponto de dar nome às Orações. Com esse termo se entende toda a comunidade cristã e especificamente a assembleia reunida em oração. O objetivo da oração é implorar bênçãos sobre a comunidade, por isso o substantivo usado com mais frequência é *bênção* e o verbo é *abençoar*. Tal objetivo tem como fim último colocar toda a comunidade sob a proteção do Altíssimo, por isso os termos mais comuns são *proteger*, *vigiar*, *defender*, *tutelar*, *guardar*, *olhar*.

Alguns termos presentes nessas orações, tais como: *sempre*, *continuamente*, *ininterruptamente*, *em todo o tempo*, *agora e sempre*, *perpétua*... sublinham a perenidade da bênção implorada. Estando essa prece exatamente na conclusão da celebração, tais termos indicam o estender-se dessa bênção no viver cristão, no curso diário da sua vida que está para começar com o final da assembleia litúrgica.

As orações apresentam constantemente as disposições interiores e as atitudes práticas dos que recebem as bênçãos. Dessa forma, estes *imploram*, *suplicam*, *inclinam-se*, *submetem-se com todo o coração* ou *com toda a mente*. Além disso, elas insistem em pedir a intervenção divina sobre o povo que se prepara para as festividades da Páscoa e procuram a sua eficácia para alcançar e permear toda a vida quotidiana do crente. Finalmente, as bênçãos invocadas apresentam-se como propícias e necessárias para os fiéis viverem segundo a mentalidade do Evangelho e para caminharem direcionados sem distrações na direção dos bens futuros. Elas imploram: *purificação da alma*, *remissão das faltas*, *renúncia ao pecado*, *exercício das boas obras*, *prática das virtudes*, *progresso na vida espiritual*, *perseverança final*.

A presença das Orações sobre o povo no MR do Concílio Vaticano II

A Instrução Geral do Missal Romano atualmente ainda em uso no Brasil (IGMR 1970-

1975)⁸ faz duas vezes brevíssima referência às Orações sobre o povo. A primeira vez no capítulo II, dentro do contexto da estrutura, dos elementos e das partes constitutivas da missa, no número 57a, tratando dos ritos de conclusão, especificamente da bênção do sacerdote, sublinha “que em certos dias [essa bênção] é enriquecida e expressa pela oração sobre o povo”.⁹ Nessa mesma linha, tratando do desenvolvimento da missa com o povo, e explicando o modo e sublinhando as palavras da bênção, a IGMR n 124 afirma que, “em certos dias e ocasiões, esta fórmula de bênção é precedida, conforme as rubricas, por outra mais solene ou por uma oração sobre o povo”. Logo, o MR, nas suas duas primeiras edições, fez questão de manter as Orações sobre o povo como elementos dos ritos de conclusão, ligados à bênção final, infelizmente entendidos como uma espécie de “enriquecimento” da própria bênção.

Como nas edições precedentes, a “nova” IGMR (2002-2008)¹⁰ traz as duas menções da Oração sobre o povo, presentes nos números 90a (antigo 75a) e 167 (antigo 124), com textos idênticos. Somente o texto do parágrafo 167 aparece ligeiramente modificado, sublinhando a função de enriquecimento à bênção final da Oração sobre o povo: “Em certos dias e ocasiões, esta bênção **é enriquecida e expressa**, conforme as rubricas, **pela oração sobre o povo** ou outra fórmula mais solene”¹¹. Quando trata da “Missa com diácono”, no número 185 da “nova” IGMR faz outra referência à Oração sobre o povo, precisando que: “Se for usada a oração sobre o povo ou a fórmula da bênção solene, o diácono diz: *Inclinai-vos para receber a bênção*”.¹² Aqui, a IGMR testemunha um elemento não verbal também pertencente à Tradição, como já referido. A rubrica que introduz o apêndice do atual Missal em uso no Brasil coloca em evidência essa sequência ritual verbal e não verbal: “O diácono ou, na falta dele, o próprio sacerdote poderá dizer este invitatório ou outro semelhante: *Inclinai-vos para receber a bênção*. Em seguida, o sacerdote estende as mãos sobre o povo, reza a oração e, ao terminar, todos aclamam: *Amém*” (MR, p. 531).¹³

Dois gestos devem ser colocados em evidência, além daqueles estreitamente ligados à palavra (rezar e aclamar): o inclinar-se da assembleia e o estender as mãos do sacerdote. Antes de tudo, convém assinalar o que

recorda a “nova” IGMR, no número 42: “Os gestos e posições do corpo tanto do sacerdote, do diácono e dos ministros, como do povo devem contribuir para que toda a celebração resplandeça pelo decoro e nobre simplicidade... e favoreça a participação de todos”. Infelizmente, essa inclinação da assembleia é completamente ignorada pelo número 75 da mesma IGMR, que se ocupa, exatamente, desse gesto.

O ato de inclinar-se em si mesmo expressa, em si mesmo, benevolência, escuta, reverência e honra, disponibilidade e atenção. Nesse sentido, o primeiro a se curvar não é o homem, mas Deus: ele se inclina para ver, ouvir, ajudar, em atitude de amor, misericórdia, perdão e serviço (cf. Sl 13,2; 114,2). Também o ser humano é chamado a curvar-se para expressar escuta atenta e vontade reverente, amor confiante, humildade, e, finalmente, para manifestar arrependimento. Também o gesto da mão estendida para abençoar é bíblico (cf. 2Tm 1,6) e pertence a toda a Tradição iconográfica da Igreja do Oriente e do Ocidente.

Colocação e fontes na edição típica terceira do MR

Certamente, a inclusão da Oração sobre o povo nos formulários do tempo da Quaresma na III edição típica do MR recupera, de modo muito expressivo e significativo, um elemento da tradição litúrgica romana, colocando-o de novo no tempo litúrgico em que tinha sido preservado até ao Concílio Vaticano II. Além disso, essa inserção lhe dá um maior destaque como elemento “novo” no “novo” Missal, enriquecendo abundantemente o número dessas orações no Ordinário da Missa.

É uma novidade importante que nos permite, por um lado, dar uma ênfase particular à época da Quaresma e, por outro, manter um elemento próprio da liturgia romana na sua localização original. Nesse sentido, estes são textos que podem acompanhar significativamente a Igreja no seu peregrinar num tempo tão importante e intenso como o da Quaresma¹⁴.

São 43 as Orações sobre o povo introduzidas nos formulários quaresmais: 22 tiradas do *Ve*, 7 do *GeV*, 8 do *GrH*, 2 do Missal de Paris de 1738, 3 do MR de 1962 e 1 é de nova composição. Algumas delas, na verdade, são fusões de vários textos.

Uma atenção mereceriam as Orações

sobre o povo que foram designadas para os domingos da Quaresma. No aguardo da tradução para o Brasil, podemos, a partir do texto latino, identificar uma relação estreita entre essas orações e o Lecionário desses domingos no seu percurso catequético mistagógico. Nos dois primeiros domingos são colocados em evidência os temas da tentação e da glória, do mesmo modo que os Evangelhos apresentam esses temas falando do deserto de Jesus (tentação – I Domingo) e da sua transfiguração (glória – II Domingo). No I Domingo, a Oração sobre o povo implora o crescimento da “esperança no tempo da provação”, o firme “vigor” para suportar a tentação e se invoca “salvação eterna”. No II Domingo, quando se lê o Evangelho da transfiguração, a Oração sobre o povo invoca o desejo de chegar “à glória manifestada aos Apóstolos em toda a sua beleza”. No III Domingo se pede ao Senhor para guiar os corações dos seus fiéis, para que permaneçam no seu amor e na caridade fraterna, como plenitude dos mandamentos divinos. No IV Domingo o pedido é para que o Senhor vivifique com a sua luz “os que caminham nas trevas do mundo”, fazendo uma clara referência ao Evangelho joanino do cego de nascença. Por fim, no V domingo, aproximando-se a Páscoa, se pede que o Senhor leve a bom termo os desejos do seu povo.

Finalmente, se deve sublinhar uma dimensão fundamental das orações de bênçãos que é abundante nas Orações sobre o povo: a ascendência. Assim, a dimensão ascendente é fortemente marcada, mas sempre em “resposta” à dimensão descendente, como recorda Santo Agostinho:

Bendiga nossa alma ao Senhor e Deus nos abençoe. Quando Deus nos abençoa, nós crescemos, e quando bendizemos ao Senhor, também crescemos; ambas as coisas são para nosso proveito. Ele nada ganha quando o bendizemos, nem diminui por nossas maldições. Quem maldiz ao Senhor, ele próprio diminui; quem bendiz ao Senhor, cresce. A bênção do Senhor vem-nos em primeiro lugar, e por consequência também nós bendizemos ao Senhor. A primeira é a chuva, e esta é o fruto. Por isso, estamos entregando a Deus, o agricultor, que nos manda a chuva e nos cultiva, o fruto que produzimos¹⁵.

O louvor a Deus é uma constância (dimensão ascendente). Ele é invocado como Deus; Deus onipotente; Pai; fonte e doador de toda

bênção, de toda graça e de bondade; revelador do caminho para a vida eterna; luz que não conhece ocaso; misericordioso; o que se deixa contemplar; o que opera grandes obras; o protetor, guarda e defensor do seu povo; o socorro do seu povo; o que ilumina com o seu esplendor; o Senhor que dá os mandamentos; refrigerio na dor; clemente; purificador; sábio; benevolente; médico do corpo e da alma; o que sabe escutar; mestre e guia do povo; o que volta o seu olhar para o seu povo; vivificador; doador da luz; renovador; lento à ira e grande no amor...

Concluindo

Estas breves observações sobre as Orações sobre o povo podem nos servir para abrir estrada para uma série de estudos em torno do tema da eucologia. A sua recuperação e ampliação revelam uma superabundante riqueza do MR desejado pelo Concílio Vaticano II, único reconhecido como expressão da *lex orandi* da Igreja (Traditiones Custodes 1) e se coloca na linha do número 50 de *Sacrosanctum Concilium*, que prevê a recuperação, “segundo a antiga tradição dos Santos Padres”, de “alguns elementos, que com o passar do tempo foram perdidos”.

Os temas tratados nessas orações são significativos e podem constituir material valioso para a compreensão da longa caminhada quaresmal, também do ponto de vista pastoral. Sobretudo quando se valoriza em primeiro lugar o tema da bênção. Invocar a bênção de Deus significa confessar que esperamos tudo de bom e que o reconhecemos como a fonte da nossa vida. Essa confissão de fé feita no período quaresmal, tem uma importância muito especial. Com ela se afirma que os que celebraram a Eucaristia reconhecem que a fonte que pode tornar fecundo o seu caminho rumo à Páscoa é apenas o Senhor e a sua Palavra, e não simplesmente a pessoal “observância” das práticas quaresmais, que também conservam o seu valor fundamental.

As Orações sobre o povo colocadas no tempo santo da Quaresma também apontam a penitência e a conversão, não como uma conquista do crente, mas como um dom que Deus concede em virtude da sua grandeza da sua bondade e do seu amor paterno. Essa bondade se manifesta, sobretudo, no perdão. O acento se desloca do pecado e do pecador

para o perdão e o doador de toda vida: Deus, o Pai.

Uma particularidade dessas bênçãos é o constante pedido para que o senhor inspire a oração do seu povo. Que o Senhor inspire e dê perseverança. Por fim, impera, nas Orações sobre o povo, o tema da caridade. Perseverar na oração é o correspondente à sinceridade na caridade, sendo esse um modo para sublinhar o laço indissolúvel existente entre o amor de Deus e o amor ao próximo. Essas preces de bênçãos são uma boa oportunidade de catequese para o povo de Deus, especialmente no período da Quaresma, uma época de “luta espiritual mais intensa”¹⁶ na qual se deve sempre mais recorrer ao auxílio que vem do alto.

Dom Jerônimo Pereira, osb
Mosteiro de São Bento de Olinda

¹ CONSTITUIÇÃO Sacrosanctum Concilium – SC. In: COMPENDIO do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

² MISSALE Romanum ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum Ioannis Pauli PP. II cura recogitum: editio typica tertia reimpressio emendata. Città del Vaticano: Typis Vaticanis, 2008. p. 200. Tradução livre do autor.

³ Cf. FERRARI, M. *Le orationes super populum* per il tempo di quaresima. *RL*, Camaldoli, n. 107, p. 362, 2020.

⁴ Cf. METZGER, M. (ed.). *Les Constitutions apostoliques*. Paris: Cerf, 1987. v. III (Sch 336). p. 213-215, n. 15, 6-10.

⁵ Cf. BARBA, M. *Il messale romano: tradizione e progresso nella terza edizione tipica*. Città del Vaticano: LEV, 2004. p. 118.

⁶ MISSALE, op. cit., p. 235..

⁷ DOMINGO de Ramos: Oração sobre o povo. In: MISSALE ROMANUM, op. cit., n. 17.

⁸ INSTRUÇÃO geral do Missal Romano. In: MISSAL Romano reformado por decreto do Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado por autoridade de s. s. o papa Paulo VI. Tradução para o Brasil da edição típica de 1970. São Paulo paulus 1992.

⁹ INSTRUÇÃO, op. cit., n. 57a

¹⁰ INSTRUÇÃO Geral do Missal Romano. In: MISSALE ROMANUM, op. cit.

¹¹ MISSAL, op. cit., grifo nosso

¹² Ibid

¹³ MISSAL, op. cit., p. 531.

¹⁴ Cf. FERRARI, loc. cit.

¹⁵ SANTO AGOSTINHO. Salmo 66: Sermão ao povo. In: *Comentário aos salmos* (Enarrationes in psalmos 51-100). São Paulo: Paulus 2019. p. 207, n. 1.

¹⁶ Cf. QUARTA-FEIRA de Cinzas: Oração do dia. In: MISSAL, op. cit., p.175.



Claudio Pastro

PREPARANDO O DIA DO SENHOR

3º DOMINGO DA PÁSCOA

1 de maio de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 5,27b-32.40b-41; Salmo 30(29); Apocalipse 5,11-14; João 21,1-19

O Evangelho narra uma manifestação de Jesus ressuscitado aos discípulos na Galileia, às margens do lago de Tiberíades onde ele se revelara como o alimento que sacia plenamente a fome (6,1ss). A presença do Ressuscitado ilumina e guia as comunidades em missão, representadas por Simão Pedro, Tomé, Natanael, os filhos de Zebedeu (Tiago e João, Mc 1,19) e outros dois discípulos anônimos. O número sete simboliza totalidade e realça o sentido universal do trabalho missionário. Os discípulos pescaram a noite toda sem sucesso, mas ao amanhecer a presença viva do Ressuscitado interpela a lançar a rede e confiar na Palavra. A rede encheu-se de cento e cinquenta e três grandes peixes, indicando a ação do Senhor nas comunidades que se multiplicam para espalhar a Boa Nova. O Discípulo Amado proclama a fé pascal das comunidades: É o Senhor, reconhecendo-o como o fundamento da pesca abundante. Pão partido para a vida do mundo (6,51), o Ressuscitado continua alimentando os que se reúnem para a fração do pão. A experiência pascal inverte a tríplice negação de Pedro (18,17.25-27), que agora exprime por três vezes seu amor ao Senhor, testemunhado no serviço. Pedro é chamado para apascentar e pastorear as ovelhas que pertencem ao Bom Pastor, o qual deu a vida para que todos alcancem a salvação (10,11-18). A fidelidade ao seguimento de Jesus levará Pedro ao martírio, no tempo do imperador Nero. A leitura dos Atos destaca o testemunho corajoso dos Apóstolos, que permanecem firmes no anúncio do Cristo ressuscitado em meio às tribulações. A leitura do Apocalipse proclama que Jesus é o Cordeiro imolado, vencedor da morte, glorificado no céu e na terra.

2. A palavra na vida

A vivência das comunidades primitivas nos ensina que somente a presença de Jesus ressuscitado pode dar eficácia ao trabalho evangelizador. O amor fraterno, o cuidado pelas pessoas, a começar pelas mais necessitadas, possibilita a relação viva com o Mestre e Senhor.

3. A palavra na celebração

Em cada celebração, o Senhor nos convida para a refeição e para retomar o caminho com Ele. Peçamos ao Senhor que abra os nossos olhos para perceber sua presença no meio de nossa luta, e nos firme na missão.

4º DOMINGO DA PÁSCOA

8 de maio de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 13,14.43-52; Salmo 100(99); Apocalipse 7,9.14b-17; João 10,27-30

O relato do Evangelho, situado no contexto da Dedicção “Hanukká” do Templo (10,22-42), é a terceira parte do discurso do Bom Pastor.

Jesus é o Consagrado por excelência, que realiza as obras de Deus como o Messias-Pastor. As ovelhas escutam a voz de Jesus e o seguem, pois ele as conhece pelo nome e oferece a vida eterna em Deus. Assim, ninguém pode dispersar o rebanho confiado pelo Pai a Jesus, o Bom Pastor que dá a vida pelas ovelhas. A pertença a Deus é enfatizada já nos textos referentes à Aliança do antigo povo (Ex 19,6; Dt 26,19). A unidade perfeita entre o Pai e o Filho, no pastoreio do rebanho, consiste na vida em abundância para todos. O significado mais profundo de “eu e o Pai somos um” aparece quando Jesus leva a termo a obra por meio da entrega da vida (17,1ss). A comunhão do Pai e o Filho deve ser o modelo para despertar a solidariedade entre os irmãos e as irmãs na comunidade. O compromisso com a vida digna das pessoas manifesta a adesão a Jesus e proporciona a experiência da relação filial com Deus. Muitos, porém, não reconhecem Jesus como o Cristo, o Ungido de Deus e não acolhem seus ensinamentos. Ameaçado pelos adversários, que abandonam e exploram o rebanho, Jesus se retirou para continuar a missão no outro lado do rio Jordão (10,31-42). O sétimo sinal que realizará, a ressurreição de Lázaro (cap. 11), acentua a compaixão de Jesus e a presença da vida que vence a morte para sempre. A leitura dos Atos apresenta Paulo e Barnabé anunciando a luz da salvação a todos os povos, em Antioquia (atual Turquia). O salmo responsorial exprime o louvor universal do povo, o rebanho de Deus cuidado com a sua bondade. A leitura do Apocalipse ressalta que Jesus, o Cordeiro-Pastor, conduz às fontes da água da vida em meio às tribulações.

2. A palavra na vida

Em meio às adversidades possamos testemunhar a fé e a esperança em Jesus Mestre e Pastor, Caminho, Verdade e Vida.

3. A palavra na celebração

Neste domingo a liturgia nos faz rezar em comunhão com todas as comunidades que se reúnem em oração: “que o rebanho possa atingir, apesar da sua fraqueza, a fortaleza do Pastor”. Que assim seja.



Claudio Pasto

PREPARANDO O DIA DO SENHOR

5º DOMINGO DA PÁSCOA

15 de maio de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 14,21b-27; Salmo 145(144); Apocalipse 21,1-5a; João 13,31-33a,34-35

O Evangelho ressalta o mandamento do amor doado por Jesus na Ceia de despedida (13,1ss), o “ágape”, sinal da fraternidade que nasce de sua vida a serviço do bem das pessoas. Eu dou a vocês um mandamento novo: Como ameí vocês, amem uns aos outros, proclama Jesus que exemplifica seu modo de amar através do gesto concreto de lavar os pés. Mestre e Senhor, Jesus ensina a praticar o amor fraterno para transformar as injustiças, a violência e a opressão. Em meio às trevas da noite, quando Judas Iscariotes saiu (13,30-31), Jesus ilumina a seguir seus passos com fé e esperança. A obra de Jesus, o Filho do Homem, resplandece de glória e Deus é glorificado nele. Filhinhos, tratamento carinhoso de Jesus à pequena e frágil comunidade, designa os cristãos em 1João. Diante da iminência de sua morte, Jesus ensina a viver com a dignidade de filhos e filhas de Deus, deixando seus ensinamentos mais preciosos na forma de um testamento literário (13-17). O legado essencial é o novo mandamento do amor fraterno, fundamentado na entrega radical de Jesus por amor até o fim. Amar uns aos outros como Jesus amou, com gratuidade e sem interesses egoístas, deve ser a marca distintiva da comunidade cristã. Se tiverem amor uns aos outros, todos vão reconhecer que vocês são meus discípulos, apelo a multiplicar os gestos de Jesus em benefício de todos. O mandamento do amor a Deus vem junto com o amor aos outros, pois amar a Deus implica o compromisso solidário com os irmãos e irmãs. Na leitura dos Atos, Paulo e Barnabé retornam à Antioquia da Síria e partilham a experiência missionária, a obra de Deus que leva os gentios ao caminho da fé. O salmo responsorial bendiz o Senhor, bondoso e compassivo com todas as suas criaturas. Na leitura do Apocalipse, Deus está no meio da humanidade em Cristo, que revela a esperança de um novo céu e uma nova terra.

2. A palavra na vida

A Palavra mostra que a nova criação começa em Jesus, o Enviado para manifestar a presença do Deus-Amor e ensinar a viver como filhos, buscando o bem uns dos outros.

3. A palavra na celebração

Celebramos hoje o domingo do mandamento novo: “amai-vos uns aos outros”. O mandamento do amor. O amor é nossa “identidade” de discípulo e discípula de Cristo.

6º DOMINGO DA PÁSCOA

22 de maio de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 15,1-2.22-29; Salmo 67(66); Apocalipse 21,10-14.22-23; João 14,23-29

O Evangelho convida a percorrer o caminho do seguimento a Jesus por meio da vivência e testemunho da Palavra, que torna a comunidade cristã e cada ser humano morada de Deus. A escuta de Jesus, o qual manifesta a bondade e a compaixão do Pai, leva à identificação através da doação e entrega da vida. Na hora da despedida de Jesus, a promessa do Espírito Santo garante a certeza da comunhão com Deus. “Paráclito”, que significa defensor, consolador, confortador, indica a atuação do Espírito Santo que o Pai envia em nome de Jesus para guiar todos os que continuam a missão libertadora. O Espírito ensinará todas as coisas e recordará tudo o que Jesus disse, mantendo viva a memória diante dos novos desafios. Iluminados pela experiência da ressurreição, os discípulos compreendem o sentido das palavras e ações do Mestre (2,22; 12,16). A ação do Espírito Santo conduz a viver a paz do Ressuscitado, proclamada com insistência: Deixo para vocês a paz, dou-lhes a minha paz. A missão de Jesus Cristo, o Ungido de Deus, liberta do medo e dá vida em plenitude. No tempo de Jesus e das comunidades primitivas, a paz romana pacificava pelas armas e mantinha os povos sob o domínio imperial. Jesus é o Caminho, a Verdade e a Vida que infunde confiança em meio às adversidades (14,1ss). A obra de Jesus confiada pelo Pai estando consumada (19,30), realizada plenamente, motiva seus seguidores/as a continuar a missão com alegria. Na leitura dos Atos, o Concílio de Jerusalém sublinha a adesão a Cristo e recomenda a observar o que favorece a comunhão fraterna. O salmo responsorial impele a glorificar o Senhor, que manifesta sua benevolência a todos os povos. A leitura do Apocalipse descreve a nova Jerusalém com portas sempre abertas para acolher todos; repleta da presença de Deus e do Cordeiro.

2. A palavra na vida

Jesus não nos deixa órfãos; promete o Espírito Santo para guiar-nos no caminho da fidelidade ao seu projeto.

3. A palavra na celebração

Celebrando o mistério pascal de Cristo, neste domingo, acolhemos a promessa do Espírito que estará conosco para prosseguirmos na missão que nos foi confiada.

DOMINGO DA ASCENÇÃO DO SENHOR 29 de maio de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 1,1-11; Salmo 47(46); Efésios 1,17-23; Lucas 24,46-53

No Evangelho, os discípulos reunidos fazem a experiência do encontro com Jesus ressuscitado e acolhem suas últimas instruções, que enfatizam a paz e a comunhão de mesa (24,36-53). Iluminados pelas Escrituras compreendem que Jesus é o Servo rejeitado, mas também o Cristo e Filho de Deus exaltado. A ressurreição de Jesus e sua elevação ao céu é prova da fidelidade do Pai que o manteve de pé ao longo do caminho. O Espírito Santo, a força do Alto revestirá os discípulos para o anúncio e o testemunho do Senhor. Jesus os levou para fora até Betânia, lugar de sua entrada messiânica em Jerusalém e que agora se torna o local da consumação do seu êxodo. Erguendo as mãos e abençoando seus discípulos, Jesus é elevado para junto do Pai. Os discípulos se prostraram, reconhecendo a presença do Cristo Senhor que abençoava as pessoas com gestos e palavras de bondade. Experimentam a grande alegria, anunciada em 2,10 e louvam a Deus sem cessar no Templo, comprometidos em espalhar a Boa Notícia da vida que vence a opressão e a morte. A leitura dos Atos narra a elevação de Jesus na glória do Pai e a missão dos discípulos, chamados a testemunhar a mensagem do Ressuscitado ao mundo inteiro. O salmo responsorial celebra a exaltação do Senhor, que estabelece seu reinado em todo o universo. A leitura da carta aos Efésios proclama a força de Deus na ressurreição de Cristo, elevado à direita do Pai e constituído cabeça da Igreja que é seu corpo unido à plenitude.

2. A Palavra na vida

A partir da exaltação plena de Jesus, o dom do seu Espírito garante a sua presença na caminhada de seus seguidores e seguidoras. Portadores e testemunhas da bênção de Jesus no mundo, possamos buscar o bem das pessoas e multiplicar gestos compassivos com os mais sofredos.

3. A palavra na celebração

Demos graças a Deus pelo pão e pelo vinho neste domingo da ascensão do Senhor aos céus, vivendo o sentido mais profundo de sua ressurreição e da missão que ele nos confiou, e que sugere que nós, os seguidores de Jesus, temos que construir, com nosso esforço diário, o novo céu e nova terra.

DOMINGO DE PENTECOSTES 5 de junho de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Atos 2,1-11; Salmo 104(103); 1Coríntios 12,3b-7.12-13; João 20,19-23

O relato do Evangelho sublinha que o dom do Espírito Santo flui da Páscoa de Jesus, de sua exaltação na Cruz e na glória, como fonte de vida que permanece para sempre (7,39; 19,30). No primeiro dia da semana, o domingo da ressurreição, a presença do Ressuscitado no meio da comunidade infunde confiança para crer na força da vida que vence o medo e as aflições do mundo (16,33). Jesus cumula seus discípulos com sua paz, animando-os a abrir as portas para o anúncio e o testemunho de sua mensagem libertadora. A alegria dos discípulos por verem o Ressuscitado, manifesta reconhecimento de Deus que realiza suas promessas de salvação. Jesus, que fora enviado pelo Pai, agora envia seus discípulos como continuadores de sua missão profética, multiplicando gestos solidários que humanizam e transformam o pecado da injustiça. Sopra sobre os discípulos dizendo: Recebam o Espírito Santo. Evocando o Sopro Divino no ser humano modelado de argila (Gn 2,7), a ressurreição de Jesus é uma nova criação que restaura a vida segundo o projeto de Deus. O Espírito do Ressuscitado, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (1,29), conduz a missão de eliminar o pecado através de formas de vida e convivência marcadas pelo perdão e amor fraterno. A leitura dos Atos narra manifestação do Espírito Santo no dia de Pentecostes, fruto da ressurreição de Jesus Cristo que estabelece a fraternidade entre os povos e desfaz a confusão de Babel. O Salmo responsorial bendiz o Criador que envia o seu Espírito e renova a face da terra, com seu cuidado e afeição às criaturas. A leitura aos Coríntios acentua que fomos batizados num único Espírito, para formarmos comunidades unidas em Cristo na diversidade dos dons.

2. A palavra na vida

Jesus ressuscitado fortalece nossas comunidades com sua paz e seu Espírito para realizarmos a missão, reconhecendo tudo o que é contrário ao projeto de Deus e anunciando a salvação por meio da fraternidade e da comunhão. Que o agir do Espírito Santo renove a face da terra.

3. A palavra na celebração

Na eucaristia, o pão e o vinho se convertem em sacramento da Páscoa de Cristo, Corpo e o Sangue do Senhor; participando na mesa do Senhor nos tornamos em Cristo um só corpo e um só espírito (III Oração Eucarística).



DOMINGO DA SANTÍSSIMA TRINDADE 12 de junho de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Provérbios 8,22-31; Salmo 8; Romanos 5,1-5; João 16,12-15

O Evangelho destaca a unidade existente entre o Pai e o Filho, fundamento da ação do Espírito que leva a compreender o plano de salvação realizado plenamente com a exaltação de Jesus (2,22; 7,39; 12,16 etc.). A presença do Espírito Paráclito, o Advogado de defesa, conduz ao entendimento a respeito do mundo e das realidades de pecado e morte (16,5-15). O retorno de Jesus ao Pai manifesta a vitória sobre os que tiranizam o mundo e crucificaram o Enviado de Deus. O Espírito da Verdade (14,17; 15,26; 16,13) conduzirá à plena verdade, que é a revelação de Deus em Jesus Cristo como uma realidade permanente. Assim como Jesus glorifica o Pai e revela sua presença e intimidade (1,14.18), a ação do Espírito habitando nas pessoas inspira a comunhão fraterna que manifesta a glória de Jesus (17,10.22-24). A atuação do Espírito mantém viva a obra de Jesus, o Mestre e Senhor, por meio de verbos de ação: ensinar, recordar (14,26); testemunhar (15,26); falar, anunciar e glorificar (16,13-14). O ensinamento de Jesus é atualizado em cada nova situação mediante o dinamismo do Espírito Santo. Deus realiza coisas novas por meio do Filho Jesus (cf. 13,19; 14,29; Is 48,3-7), que se multiplicam pelo Espírito em todos os que creem e seguem com fidelidade o projeto divino. O Espírito recebe do que é de Jesus para anunciar e guiar os missionários/as, unidade da qual participa também o Pai, visto que tudo o que pertence ao Pai é também do Filho. A leitura dos Provérbios é um poema sobre a Sabedoria divina na obra do Criador, alegrando-se em estar junto à humanidade. O salmo responsorial é um hino de louvor pela grandeza de Deus nas suas obras, de modo especial, no ser humano. A leitura aos Romanos proclama que o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo é dádiva da entrega de Cristo.

2. A palavra na vida

Guiados pelo Espírito da Verdade permaneçamos em Jesus, comprometidos com seu projeto em prol da vida.

3. A palavra na celebração

Em nossa celebração, entramos na dinâmica da comunhão trinitária, oramos ao Pai, pelo Filho no Espírito Santo.

SOLENIIDADE DO CORPO E SANGUE DE CRISTO 16 de junho de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: Gênesis 14,18-20; Salmo 110(109); 1Coríntios 11,23-26; Lucas 9,11-17

O Evangelho apresenta a multiplicação dos pães segundo o relato de Lucas. As multidões seguem Jesus que as acolhe. O dia começava a declinar e os discípulos pedem a Jesus para despedir a multidão, a fim de que procurem hospedagem e comida. Mas Jesus lança mão da partilha como alternativa. O deserto evoca a solicitude de Deus, que proporciona o maná para alimentar o povo sofrido em busca da libertação. Os cinco pães e os dois peixes estão vinculados às Escrituras, organizadas pela Torá (os cinco livros do Pentateuco), os Profetas e os Escritos. Jesus leva à plenitude os gestos de bondade e compaixão de Deus (Ex 16; 2Rs 4,42-44), realizando o banquete universal que ensina a viver na paz fruto da justiça, caminho de fraternidade que o leva até a cruz (9,18-27). Obedientes aos ensinamentos de Jesus, os discípulos acomodam a multidão em grupos de cinquenta, retomando o êxodo e os profetas (Dt 1,15). Abençoou o pão, partiu-o e o deu a seus discípulos (9,16) para que distribuam. Todos comeram e ficaram saciados, sinal da presença do Reino de Deus por meio da atuação de Cristo, o Ungido. Além disso, encheram doze cestos dos pedaços que sobraram, número que caracteriza todo o povo de Deus, alimentado agora pelos discípulos e discípulas de Jesus. Na leitura de Gênesis Melquisedec oferece pão e vinho, os quais se tornam anúncio da Eucaristia. O salmo responsorial foi interpretado como revelação de Cristo, sacerdote eterno como “Melquisedec” (= meu rei é justiça). A leitura aos Coríntios é a narrativa da Ceia deixada por Jesus como memorial, na qual o pão e o vinho são sinais de sua vida entregue na cruz.

2. A palavra na vida

Jesus compara o povo sofrido a ovelhas sem pastor (Mc 6,34), ensinando-nos a não ser indiferentes diante das injustiças que causam fome e enfermidades. Celebrar a Eucaristia em memória de Jesus consiste em compartilhar sua missão e entrega pela libertação dos pobres e famintos.

3. A palavra na celebração

No admirável sacramento, memorial da paixão do Senhor, não somente veneramos o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo (CF Oração do Dia), mas comemos e bebemos com ele, nele e por ele.

Neusa Bresiani é discípula do Divino Mestre, tem especialização em liturgia, é membro da Rede Celebra e contribui no serviço da formação litúrgica nas comunidades.

Helena Ghiggi é discípula do Divino Mestre, mestra em Bíblia e assessora cursos de formação bíblica.

12º DOMINGO DO TEMPO COMUM

19 de junho de 2022

Aprofundando os textos bíblicos: Zacarias 12,10-11; 13,1; Salmo 63(62); Gálatas 3,26-29; Lucas 9,18-24

O Evangelho começa com a oração de Jesus, que marca os momentos importantes de sua vida e missão desde 3,21. As multidões seguiam Jesus com esperança e muitos identificavam sua atuação profética a João Batista, outros a Elias ou ainda a outros profetas como Jeremias, Amós. *Os que compartilham o caminho com Jesus no discipulado* são interpelados pela pergunta do Mestre: Mas vocês, quem dizem que eu sou? A resposta de Pedro, em nome da comunidade dos discípulos e discípulas, é um ato de fé em Jesus, o Enviado do Pai. Então, Jesus adverte para não contar isso a ninguém, pois havia a expectativa de um Messias poderoso para libertar o povo do domínio e opressão imperial. Jesus explica o sentido de seu messianismo por meio do anúncio da Paixão, o qual evoca o Servo sofredor de Is 52,13-53,12 e acentua que a entrega é consequência da prática da justiça e solidariedade. Jesus, o Filho do Homem, toma o caminho da libertação pela doação até o fim, não pelo poder das armas. Ele anuncia também a sua ressurreição, pois é o Vivente que caminha com todos os seus. A opção por Cristo leva a carregar a cruz, assumindo a cada dia seu modo de viver e o compromisso sem reservas de levar adiante o Reinado de Deus. Todos são chamados a colaborar com o projeto de Deus a favor da humanidade, que se manifesta de modo especial em Cristo e proporciona encontrar a fonte da vida e salvação. O profeta Zacarias, em meio ao sofrimento e morte de inocentes, anuncia a esperança de salvação: “Olharão para aquele a quem transpassaram”, texto aplicado a Cristo na cruz (Jo 19,37). O salmo responsorial exprime a confiança do justo que, diante das tribulações, busca a Deus como a terra sedenta sem água. A leitura aos Gálatas lembra que, pelo batismo, nos revestimos de Cristo para viver na igualdade de filhos e filhas de Deus.

2. A palavra na vida

“Quem é Jesus, para nós?”, pergunta a ser renovada todos os dias a fim de manter viva nossa fé em Cristo e manter nossa conduta de vida segundo a fé de Jesus.

3. A palavra na celebração

Na celebração litúrgica, lembramos a Deus e a nós mesmos quem é Jesus, em quem cremos.

13º DOMINGO DO TEMPO COMUM

26 de junho de 2022

1. Aprofundando os textos bíblicos: 1Rs 19,16b.19-21; Salmo 16(15); Gálatas 5,1.13-18; Lucas 9,51-62

O relato do Evangelho marca o início da subida de Jesus a Jerusalém, onde será elevado na cruz e consumirá seu êxodo com a morte, ressurreição e ascensão. Os peregrinos que iam a Jerusalém para as grandes festas evitavam passar pela Samaria, utilizando o caminho da costa ou o vale do rio Jordão. O culto dos samaritanos era centralizado no monte Garizim (Jo 4,20). Jesus passa pela Samaria, pois é o Enviado de Deus que manifesta a salvação a todos (17,11-19). Ao encontrar inimizade entre os samaritanos, os discípulos Tiago e João pensam em rogar raios do céu como fez o profeta Elias (1Rs 18,36-38), mas Jesus se opõe e ensina a fazer o bem para transformar toda forma de violência (6,27-29.35). O ensinamento do Mestre sublinha que o discipulado exige viver a caminho, com despojamento absoluto, compartilhando a existência do Filho do Homem que não tem onde reclinar a cabeça. Jesus se deslocava de um lugar para outro devido ao trabalho missionário itinerante, a fim de realizar a obra libertadora confiada pelo Pai. Sepultar os mortos é um dever e os discípulos sepultarão o corpo do Crucificado (23,53-56), porém o ensino de Jesus insiste na urgência de estar a serviço do Reino da vida, justiça e fraternidade. Quem põe a mão no arado e olha para trás abre sulcos tortos; não é apto para o Reinado. A entrega confiante em Deus, conforme o modelo de Cristo, elimina o que pode ser obstáculo no testemunho cotidiano do Evangelho. Na leitura, tirada de 1Reis, o gesto de Elias de impor o manto significa o chamamento profético de Eliseu, que assume a missão a serviço do Senhor. O salmo responsorial exprime a confiança em Deus, a herança da vida. A leitura aos Gálatas convida a permanecer firmes na liberdade em Cristo, guiados pelo Espírito na vivência do amor fraterno.

2. A palavra na vida

A tarefa mais urgente deve ser sempre trabalhar a serviço do Reino de Deus por uma vida mais humana, seguindo os passos de Jesus de Nazaré.

3. A palavra na celebração

A liturgia é uma escola de fé que mantém em nós a memória viva do crucificado-ressuscitado, o Filho de Deus que se encarnou para nos humanizar.

A casa de oração (...) em que os fiéis se reúnem, e na qual a presença do Filho de Deus, é honrada para auxílio e consolação dos fiéis, deve ser bela e apta para a oração e para as celebrações. Nesta "casa de Deus", a verdade e a harmonia dos sinais que a constituem devem manifestar Cristo que está presente e age neste lugar.

Catecismo da Igreja católica, 1181